

A FORÇA DA MEMÓRIA E DA PESQUISA HISTÓRICA*

Michelle Perrot

*Entrevista e tradução: Denise Bernuzzi de Sant'Anna***

Agora que seus compromissos convencionais com a universidade terminaram a senhora percebe mudanças na maneira de conceber seu trabalho de pesquisa? Gostaríamos que nos contasse sobre os seus interesses de pesquisa atuais e sobre seus trabalhos mais recentes.

M. P. – Recentemente eu publiquei dois livros que elucidam meus interesses. Um deles é sobre Georges Sand, grande romancista do século XIX, bastante feminista em certos aspectos, mas não em todos. Por exemplo, ela era muito feminista quando se tratava da vida privada, do divórcio, do trabalho feminino. Aliás, ela usufruiu de uma liberdade extraordinária em sua vida privada, viajando e escrevendo romances considerados feministas e que eram lidos por muitas mulheres da época, servindo-lhes como um novo modelo de identidade. No plano político, quando, em 1848, houve a discussão do direito ao voto proclamado universal, mas incluindo apenas os homens, algumas mulheres quiseram vê-la candidata, mas Sand recusou, argumentando que ainda era muito cedo, pois ela pensava que seria necessário, primeiro, a conquista dos direitos civis pelas mulheres. Ou seja, ela acreditava que era preciso antes de tudo conquistar os direitos civis para depois conquistar os direitos políticos. Assim, numa bela coleção da *Imprimerie Nationale*, eu publiquei todos esses textos políticos entre 1843-50, ou seja, da primeira metade do século XIX, momento este em que houve seu maior enga-

* Esta entrevista foi realizada em Paris, no dia 22 de outubro de 1997, a partir de questões das professoras do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, Déa Ribeiro Fenelon, Denise Bernuzzi de Sant'Anna e Maria Antonieta Antonacci.

** Professora do Departamento de História da PUC-SP.

jamento para a realização da República, ainda inexistente, e seu engajamento em relação aos socialistas. Segundo Sand, “os socialistas colocam o objetivo enquanto que a República é o meio”. Para a solução dos problemas sociais ela acreditava na necessidade da adoção de medidas bastante radicais. Tratava-se de uma mulher engajada e seus escritos políticos são muito interessantes. Para mim, escrever este livro foi, primeiramente, uma maneira de mostrar que as mulheres na França do século passado, mesmo quando não votavam, se mantinham interessadas nos problemas políticos, fato este que, em geral, não se acredita. E, em segundo lugar, com mulheres como ela, cuja vida privada tende a ser considerada escandalosa (Sand foi amante de Musset, Chopin, entre outros homens célebres), existe a tendência em pensar apenas nesse aspecto; e me agradou muito mostrar que ela era também alguém engajada politicamente.

O outro livro se chama *Femmes publiques*, publicado pela editora Textuel. Este livro pretende refletir sobre uma contradição extremamente chocante. Nele eu considero a seguinte situação: na língua francesa, mas acredito que não seja apenas nela, o homem público é uma honra, é o que há de melhor, enquanto que a mulher pública é um horror, pois ela é a prostituta. Ora, por que a relação com o espaço público é tão diferente para os homens e para as mulheres? Este livro se dirige a um grande público esclarecido que não se limita aos estudantes universitários.

Esses dois livros demonstram que eu continuo a me interessar pela história das mulheres, mas que, tal como muita gente em nossos dias, eu tendo a refletir mais sobre a relação das mulheres com a política. Num primeiro momento estudou-se a mulher em relação à sua vida privada; mas, atualmente, estamos estudando muito mais a mulher na cidade, a mulher em relação à cidadania, ao espaço público, à política e à criação. Esses dois livros também dão uma idéia sobre quais foram as minhas preocupações nos últimos tempos. Contudo, ainda em relação às mulheres, eu vou publicar na próxima primavera uma coletânea de artigos. Não são estudos novos e sim artigos que já foram escritos, mas que estão dispersos em diferentes revistas. Essa coletânea se chamará *Les femmes ou le silence de l'histoire*. Os artigos foram agrupados em alguns capítulos nos quais eu forneço explicações historiográficas. Ainda me falta fazer a introdução desse livro, em que desenvolverei esse tema do silêncio da história em relação às mulheres salientando como temos tentado, na França, há vinte e cinco anos, romper esse silêncio.

Ao mesmo tempo eu continuo interessada pelos outros dois campos de pesquisa nos quais já trabalhei. Primeiramente, aquele do mundo do trabalho. A esse respeito, publiquei, não faz muito tempo, uma contribuição sobre os jovens trabalhadores a uma obra coletiva sobre a história dos jovens no Ocidente. E, em segundo lugar, o campo

de pesquisa sobre as prisões, incluindo a delinquência. Continuo bastante interessada nesse tema e escrevi diversos prefácios para livros atuais sobre as prisões, por exemplo, sobre a violência nas prisões e sobre a pobreza nesses locais. São estudos sobre o presente, e, nesses prefácios, minha tentativa é a de religar o presente ao desenvolvimento histórico.

E sobre seus projetos futuros?

M. P. – Tenho vários, é claro, e todos retomariam de algum modo os trabalhos que já realizei. Eu gostaria de fazer um livro sobre as mulheres e o trabalho, por exemplo, e um outro sobre a diferença de sexos nos domínios da criminalidade, da delinquência e da prisão, comparando homens e mulheres; também gostaria de fazer um terceiro livro (não sei se chegarei a fazer tudo isto!), utilizando os documentos que disponho de uma professora primária do final do século XIX. Esses documentos são extremamente interessantes, pois essa mulher foi, não apenas professora mas, também, uma das primeiras que atuaram no domínio do ensino primário, sendo muito republicana e desejando criar uma escola republicana. Ela escreveu sobre tudo isso e por vezes ela me incomoda um pouco por não ter sido muito feliz em sua vida, pois ela viveu frustrações e decepções oriundas de suas relações com homens da sua profissão. Mas, de todo modo, ela me parece muito interessante.

Será que conseguirei fazer tudo isso?

Gostaria, ainda, de escrever um livro sobre o tema do quarto de dormir, considerando-o como um espaço privado onde podemos ler muitas coisas. Penso, por exemplo, no quarto de dormir da operária e naquele da jovem de boa família.... lembro-me, aliás, que Sartre não queria ter um quarto de dormir por considerá-lo burguês... ele preferia escrever nos cafés. Há também o quarto conjugal (desde quando ele existe?), o quarto de hotel, e, ainda, a situação do pobre que não possui quarto. Em torno do tema do quarto de dormir, eu gostaria de escrever um conjunto de textos curtos, mas que poderiam fornecer vários apanhados sobre diferentes coisas. Como se vê, não faltam projetos.

Com certeza. Podemos perceber que seu itinerário é bastante marcado pela preocupação em realizar uma história social que inclui, certamente, uma história do político. Todavia, vivemos uma época em que se fala muito em globalização. A senhora acredita que esse conceito possa vir a diluir as contradições entre as classes sociais ainda existentes? E qual seria a posição dos intelectuais franceses, dos historiadores

em particular, perante a valorização do “Estado mínimo”, no que diz respeito, por exemplo, às atribuições e aos recursos para a pesquisa?

M. P. – Eu diria que na França atual se fala muito em globalização, mas que esse assunto interessa mais aos cidadãos do que aos historiadores de modo específico. É claro que nós, historiadores, estamos bastante preocupados, como cidadãos, com a globalização. Para nós ela quer dizer, primeiramente, construir uma Europa comum. O que, na minha opinião, é algo positivo, pois teríamos assim uma maneira de derrubar um certo número de fronteiras entre os europeus, acabar com as causas de determinados conflitos, sem esquecer, contudo, suas histórias, como aquela do nazismo, por exemplo. Pois a memória é sempre muito importante. Construir uma Europa forte é, também, um modo de resistir à América ou ao Japão, de defender nossos interesses e um certo número de valores. Ou seja, construir uma Europa comum e social pode significar o desenvolvimento de grandes sistemas mundiais que lutem para a manutenção de certas idéias sociais no mundo, como em relação à África, por exemplo. A França está muito longe de fazer o que ela deveria já ter feito para benefício da África. No caso de uma Europa forte, talvez fosse possível lutar pelo social. É lógico que nem todos pensam dessa maneira. Mas eu creio que, considerando o fato de que a Europa é rica, se faz necessário, pois, ajudar o mundo em desenvolvimento. Não se trata de assisti-lo, mas sim de ajudá-lo em seu desenvolvimento.

A globalização é, provavelmente, inevitável e lutar negativamente é, sem dúvida, um combate anacrônico. Seria melhor pensar em soluções intermediárias. A França, por exemplo, não pode ficar fechada em seu território e se furtar de ter seu papel na Europa, com sua força e seu valor. Atualmente, nós temos a sorte de possuir um governo de esquerda, o que foi uma verdadeira surpresa, uma vez que não esperávamos por isso. Trata-se de um governo que, sem dúvida, não tem soluções de extrema esquerda, mas, através do qual várias coisas se tornam possíveis. No domínio da universidade, por exemplo, temos como ministro da educação nacional um antigo professor da universidade de Paris VII em astrofísica, que em muito assegura a pesquisa e, por conseguinte, defende um orçamento que permite mais crédito nesse campo. Ele é bastante sensível aos projetos de cooperação, não apenas com a Europa, mas, também, fora dela. É verdade que, toda vez que se pensa no problema de dinheiro, ele nunca é suficiente para tudo o que se deseja fazer. Mas, no domínio universitário, nós não estamos tão pessimistas como há seis meses atrás. Pois um governo de esquerda pensa sempre na universidade e na cultura e, na França, a universidade é bastante ligada ao Estado. Aqui, o papel do Estado sempre foi importante, seja ele de direita ou de esquerda. Mas acredito

que seja preciso repensar seu lugar: por vezes o Estado é muito forte, o que pode resultar numa paralisia burocrática. É preciso rever um certo número de problemas dessa ordem, necessidade com a qual a esquerda está de acordo. Por exemplo, é discutível o fato de que uma companhia aérea deva ser gerida pelo Estado; na França, houve uma série de problemas em torno da Air France, uma parte desta companhia aérea foi aberta ao capital privado, mas ainda existe uma boa parte estatal dentro dela. No setor das telecomunicações, também está ocorrendo essa abertura ao capital privado. Ora, por que se aceita o capitalismo? Aceita-se o capitalismo porque ele também pode ser performático. Todavia, existe o domínio social e nele creio que não se pode deixar de considerar o importante papel do Estado, pois, na esfera do social, o lucro não é a única coisa que importa. Dito de outra maneira: seria preciso deixar os patrões e os capitais privados realizarem aquilo que sabem realizar mas, também, colocar todo o peso do Estado para a defesa dos mais fracos. Penso que o governo atual e os intelectuais franceses, em particular os de esquerda, estão bastante preocupados com esses problemas. Neste momento, vivemos uma época de intensa reflexão, que é muito mais interessante do que aquela existente há um ano atrás.

Um período positivo, mesmo para os intelectuais franceses...

M. P. – Sim, neste momento, nos jornais, por exemplo, principalmente no *Le Monde* e no *Libération*, existe todos os dias uma tribuna, ou seja, um debate. A partir deles percebemos a emergência de questões: “O que deve fazer o Estado?”, “Qual a importância do social, da Europa e da globalização?”, “Até onde se deve prosseguir no acolhimento dos estrangeiros?”, “O que quer dizer a cidadania francesa hoje?”; enfim, todas estas questões indicam problemas agudos da atualidade e eu creio que vivemos um momento muito interessante, onde há um despertar da opinião pública francesa.

Em relação ao trabalho com a história, na sua opinião, haveria uma certa distância entre os historiadores que realizam uma história social na França e aqueles que a realizam na Inglaterra? Como, por exemplo, a history from below inglesa é recebida na França?

M. P. – Eu diria que a *history from below* é muito importante na França. Talvez haja diferenças na concepção e nos métodos entre historiadores franceses e ingleses, mas, de todo modo, a história dos operários, das mulheres, das massas, dos anônimos e dos desconhecidos é extremamente importante para a historiografia francesa. Por isso,

não se pode dizer, por exemplo, que haja uma escola inglesa preocupada com uma história *from below* enquanto que os franceses não estariam preocupados com ela.

Também não haveria uma certa distância dos historiadores franceses, ou mesmo uma certa reserva, em relação aos estudos sobre as práticas sociais, buscando, por exemplo, separá-las de uma história das representações? Qual a importância das pesquisas sobre as práticas culturais de leitura na França?

M. P. – Quem muito contribuiu para o desenvolvimento das pesquisas sobre as práticas culturais de leitura foi Roger Chartier. Com ele temos uma história que é aquela das representações e uma história da apropriação das formas de leitura. Assim, no seu trabalho *Livre en révolution* (ed. Textuel), Chartier resume todas as suas pesquisas, em que ele tentou mostrar o livro como leitura e esta como apropriação de um texto por pessoas que podem ser operários, mulheres, crianças, jovens, camponeses, burgueses, estudantes, etc. Portanto, há a importância do público nessas pesquisas e de suas formas de apropriação. Se trata de uma história das práticas.

O que impossibilita a construção de uma história que seria aquela das práticas, separada de uma história das representações, ou seja, uma história supostamente desraizada das experiências sociais. Qual é a sua opinião sobre a separação entre estas duas categorias?

M. P. – No que concerne à história das mulheres, por exemplo, fomos obrigadas a fazer uma história das representações por uma razão muito simples: as mulheres foram representadas por imagens, antes de serem verdadeiramente descritas em suas práticas cotidianas. Por conseguinte, temos primeiro uma massa de imagens e o historiador confronta-se com essas representações das mulheres por imagens. Entretanto, se, por um lado, é preciso fazer essa história das representações, é preciso, também, saber abandoná-la. Ou seja, é preciso fazê-la, mas sem deixar de realizar, conjuntamente, uma história das práticas. Por exemplo, fazer uma história das mulheres é também questionar: a partir de quando, como e onde elas escrevem? Quais são os limites colocados às suas práticas de escrita? Quais formas de escrita elas possuem? E, há, ainda, todo um trabalho a fazer: as mulheres são representadas de uma certa maneira no trabalho, por exemplo, mas resta perguntar: o que era o trabalho? Quais profissões as mulheres exerciam? Existiam profissões femininas? Sim, mas por quê? Existem, portanto, as representações, mas também as práticas, e, não se pode de modo algum dissociá-las: é preciso fazer uma história dos discursos e das práticas que não os separe. No caso da história das

mulheres, o historiador é absolutamente obrigado a fazer essas duas histórias interligadas.

Os historiadores ampliaram de modo significativo seu campo de pesquisa e, em particular, aquele de suas fontes, buscando novos registros (visual, oral e gestual). Na sua opinião, quais são as implicações metodológicas para a história social dessa ampliação?

M. P. – Penso, primeiramente, que a ampliação considerável ocorrida nos últimos trinta anos, que consistiu em utilizar fontes cada vez mais variadas, resultou num grande enriquecimento do trabalho do historiador. Utilizar fontes como a caricatura ou a publicidade, por exemplo, ou então trabalhar com aquelas fontes utilizadas por Maurice Agulhon, quando estudou as imagens de Marianne, encarnação da república francesa. Ele consagrou vários anos de estudo e dois livros para mostrar a variedade de imagens de Marianne e, por conseguinte, a diversidade de imagens da mulher existente na representação política. Poderíamos multiplicar os exemplos. Há, evidentemente, uma ampliação formidável das fontes visuais. Mas poderíamos pensar, também, na importância de uma história dos gestos, por meio da qual torna-se possível investigar a maneira pela qual as pessoas se comportam à mesa (como o estudo de Norbert Elias, por exemplo), ou como elas se vestem e se apresentam em público, ou, ainda, como elas amam. Por meio de uma história dos gestos torna-se possível abarcar, ao mesmo tempo, o público e o privado e perceber a maneira pela qual o corpo intervém no espaço público como uma civilidade, conforme bem analisou Elias, demonstrando, assim, como nós nos pensamos na fronteira daqueles dois domínios. Neste campo, existem questionamentos muito refinados que permitem romper com certos conceitos e categorias metodológicas para tratá-los em termos de fronteira e de contato.

Existem, também, as fontes orais, que, embora possuam seus limites, são bastante enriquecedoras à pesquisa. Pois elas permitem o questionamento e a emergência da palavra daqueles que não estão de fato presentes no domínio das fontes clássicas. Temos vários casos ilustrativos a este respeito: ao interrogar camponeses que escrevem pouco, por exemplo, eles encontram a oportunidade de se pronunciar pela primeira vez sobre coisas relativas às suas vidas. O mesmo ocorre quando se trata dos operários, mesmo se considerarmos que os operários, ao menos na França, são, em certa medida, urbanizados e habituados à escrita e à palavra. Ocorre que estamos vivendo um momento de desaparecimento de profissões inteiras: não há mais mineiros, quase não existem mais metalúrgicos. A indústria têxtil foi bastante reduzida. Assim, os operários são uma cate-

goria social em vias de desaparecimento! As grandes profissões atuais se desenvolvem no domínio do terciário, dos empregados do setor da informática, entre outros. Ora, aqueles operários viveram uma verdadeira crise de identidade social. Não poder transmitir seu ofício a seu próprio filho, por exemplo, considerando que este saber era a única riqueza que o operário possuía, foi algo duríssimo. Houve, então, a idéia de conservar a memória desses ofícios em extinção, e, neste aspecto, a história oral foi muito importante.

No Brasil temos uma forte e diversificada cultura oral. Assim, a partir de estudos sobre a memória, o número de pesquisas apoiadas sobre os testemunhos e documentos orais é cada vez mais importante. Daí emergem debates sobre o uso das entrevistas, sobre as narrativas de vida, etc. Na França de hoje, como a senhora percebe o desenvolvimento desses debates ?

M. P. – Muitos historiadores buscam os operários na tentativa de obter seus depoimentos sobre os ofícios de outrora. Algumas vezes são as crianças, filhos dos operários, que falam sobre o desaparecimento desses ofícios de outrora. Existem, também, os historiadores que buscam o imigrante. Muitas pesquisas foram feitas com os filhos de imigrantes quando eles falavam sobre seus pais italianos, africanos, etc. Esses, para não esquecerem de suas raízes (a máquina de integração francesa por vezes funciona!), tiveram a idéia de conservar suas memórias e, portanto, de falar sobre suas vidas.

Além da importância da história oral, a senhora havia mencionado que existiam limites. Poderia falar sobre eles?

M. P. – Existem, primeiramente, os limites relativos ao tempo: ao fazer história oral não podemos voltar ao tempo anterior ao século XIX, por exemplo. Na verdade, podemos fazer a história do nosso tempo. A história oral perde suas possibilidades quando a intenção é a de fazer a história dos séculos XVIII e XVII. Na França, a experiência clássica é a de que não se volta à tradição oral e à memória para além da terceira geração. Ou seja, um neto vai falar de seus avós e, como a longevidade aumenta, ele vai conhecê-los cada vez mais, o que significa que vamos falar cada vez melhor da terceira geração. Mas, antes dela não seria possível. Assim, a história oral não pode ser suficiente para tudo. A maior parte da história deve, necessariamente, recorrer às fontes escritas, aos objetos e à arqueologia do cotidiano.

Um segundo limite concerne justamente ao problema da memória. Esta, não é forçosamente a verdade; ela também não é necessariamente a espontaneidade. A

memória é sempre algo reconstruído. E reconstruído em função das experiências da pessoa que fala. Essa pessoa vai, inclusive, esquecer de muitas coisas e, talvez, no momento mesmo em que ela estiver falando, vai construir a maneira pela qual ela percebe seu passado, o passado de seus pais e de seus avós. Por conseguinte, a memória é, ao mesmo tempo, extremamente importante e extremamente frágil. Não se pode nutrir um excesso de romantismo em relação a esta memória, é preciso interpretá-la inserindo-a num conjunto mais vasto de fontes.

Além disso, existem domínios em que a memória é mais eficaz do que em outros. Ela é eficaz quando se trata de estudar o cotidiano. Nele existem coisas que não estão contadas em nenhum lugar e que saberemos apenas através da memória. Por exemplo, em relação à história das sensibilidades, podemos perguntar como uma criança do passado vivenciou a maneira como foi criada? Somente esta criança poderá dizê-lo. Esses aspectos da história contribuem para enriquecê-la. Todavia, eu desconfiaria bastante da memória sobre os acontecimentos no que concerne, por exemplo, a seu aspecto cronológico. Recentemente, na França, vimos a propósito da resistência aos nazistas (fato este que nos preocupa cada vez mais) algo que pode ilustrar este problema: percebemos que quando um resistente é interrogado, precisamente sobre um certo acontecimento de sua vida, ele responde dizendo: “Escute, isso eu não sei mais, me esqueci... você me disse que eu saí da prisão em tal data, mas eu pensei que havia sido em outro momento...”. Ou seja, os acontecimentos precisos são esquecidos rapidamente.

Se pudéssemos, seria interessante, então, fazer as duas coisas: recorrer aos arquivos, às fontes escritas e, também, às fontes orais.

M. P. – Claro!

Suas respostas a esta entrevista parecem perpassadas por uma disposição em quebrar certos dualismos que por vezes se apresentam (e funcionam) como formas a priori da pesquisa, tais como, representação/prática, oral/escrito, mundo social/sensibilidades. Uma maneira de evitar este problema estaria exposta, por exemplo, nos trabalhos que consideram as relações entre o indivíduo, o espaço público e a política, o que implicaria, necessariamente, o estudo da constituição deste indivíduo como sujeito de si. O que, inevitavelmente, me faz lembrar o trabalho de Michel Foucault...

M. P. – Sim, e, primeiramente, é preciso dizer que não podemos nos iludir: para uma parte dos historiadores, Foucault não conta muito. Entretanto, para uma determinada parte de historiadores, sensíveis às questões colocadas nesta entrevista, Foucault

é muito importante. Esta importância pode ser observada na emergência de colóquios sobre seu trabalho. Por exemplo, em 1995, houve um colóquio sobre o livro *Vigiar e punir*, publicado em 1975, com o intuito de mostrar o que havia sido feito desde então sobre a prisão, a delinquência, etc. Houve, recentemente, um colóquio sobre Michel Foucault e a ciência; há um outro em preparação para 1998, sobre Foucault e a medicina. Uma parte dos arquivos Michel Foucault será transferida para um instituto da memória, e, de todo modo, há em nossos dias uma atualidade de Michel Foucault. A maneira pela qual ele trabalhou os conceitos é considerada por alguns como sendo de grande importância, e, em particular, sua reflexão sobre o sujeito. E na nova geração de historiadores existem aqueles que, juntamente com filósofos e sociólogos, trabalham sobre o pensamento de Foucault. Em 1996, foram publicados os quatro volumes *Dits et écrits* que tiveram muito impacto, proporcionando muitos debates e encontros sobre a obra de Foucault. Eu penso que estamos longe de esgotá-lo. Foucault é, ainda, um universo a ser descoberto.